

- Que o governo garanta recursos humanos necessários em todas as áreas de atendimento de saúde.
- A democratização da informação é condição necessária do acesso à saúde (dados epidemiológicos, acesso a prontuários, efeitos dos medicamentos e outros).
- Que o CNS pressione pela Reforma Tributária.
- Banir do discurso de saúde a palavra "PRODUTIVIDADE" que contraria os princípios básicos do SUS.
- Ampliar a mobilização, exigindo a "municipalização já" da saúde dos municípios de acordo com os planos municipais de saúde, discutidos e aprovados pelas CIMS e/ou pelos Conselhos Municipais de Saúde, que deverão ser fortalecidos e ter poder deliberativo.
- Exigir, neste evento, o compromisso por parte de representantes do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, do repasse das verbas e das unidades assistenciais cedidas pelo INAMPS, no momento em que os municípios estiverem habilitados à implantação da municipalização.

MOÇÕES GERAIS

- 1 — Os grupos 20 e 21 apresentaram uma moção de louvor aos Organizadores da I Conferência Estadual de Saúde de que tanta competência conseguiram **DESORGANIZAR** esta conferência.
Assinam: Grupos 20 e 21
- 2 — Moção de protesto à Comissão organizadora pelo pouco tempo para debates nos grupos de trabalho.
- 3 — Moção em defesa da Soberania do Subsolo do Território Nacional na ECO/92.
Assina: Grupo 36
- 4 — Nos colocamos contra a forma pela qual o governo vem conduzindo a formação de agentes de saúde.
— Propomos que a política de contratação de recursos humanos seja de competência exclusiva do município.
- 5 — Manifestamos nosso repúdio pela falta de organização e comando da Comissão Organizadora da I Conferência Estadual de Saúde, impedindo o desenvolvimento pleno dos trabalhos.
Assina: Grupo 15
- 6 — Moção de repúdio a grande parte dos Delegados para a IX Conferência Nacional de Saúde eleitos nesta Conferência que não se fizeram presentes na Plenária Final que discutiu as propostas do Estado do RS.
Assina: João Batista
— Mov. Estudantil

- 7 — Moção de repúdio aos municípios onde foi inviabilizada a participação de usuários nos processos preparatórios e nas próprias Conferências Municipais impossibilitando a retirada de Delegados.
— Isso ocorreu por parte do Executivo dessas cidades, que tinha como objetivo, indicar os respectivos Delegados.
Entre esses municípios estão São Leopoldo, Taquara, Lagoa Vermelha através de informações de Canoas.
Sendo que Lagoa Vermelha, remeteu o quadro devido ao movimento popular ter chamado a uma Plenária.
— Moção de repúdio a FAMURS que incentivou as Conferências Microrregionais, escravizando as Conferências Municipais.
Assinam:

- 8 — **DENÚNCIAS** — A máxima da Conferência que seriam os trabalhos de grupo foi esvaziada, indicando um boicote ao aprofundamento do tema municipalização.
- 9 — **REPÚDIO** — Ao Governo Federal pela interferência na questão dos agentes de saúde, a que fica resguardado aos municípios a formação da equipe de recursos humanos para a área de saúde.
- 10 — **REPÚDIO** — A falta de organização da Conferência, impedindo o desenvolvimento dos trabalhos.

Assinam:

- 11 — Ao Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente que não colocou os pés na I Conferência Estadual de Saúde.

Assina: Neio Pereira
Delegado de Gravataí

- 12 — Moção de apoio à realização periódica de Conferências Municipais de Saúde descentralizadas e desvinculadas das Conferências Nacionais e Estaduais de Saúde, de acordo com as necessidades locais e, na medida do possível, anuais.

Assinam: Assoc. de Moradores da Vila Santa Maria — Passo Fundo e 4.ª Delegacia Regional de Saúde.

- 13 — Que seja retirada uma comissão com representantes dos usuários e prestatadores do serviço para articular junto à comissão organizadora no sentido de garantir a realização da IX Conferência Nacional de Saúde na data marcada e que também articulem junto aos órgãos governamentais o financiamento dos Delegados, a fim de garantir a participação dos mesmos.

Assinam: 4.ª DRS/SSMA
Trab. Saúde Serv. Publ. Ronda Alta
Secretaria da Saúde de Soledade
Professores Estaduais de Catuape
Representantes usuários de Seberi.

14 — De apoio à proposta de recomposição do Conselho Estadual de Saúde aprovada em plenário no dia 18.04.91.

Assinam: 4º DRS/SSMA
Rep. Usuários de Itatiba do Sul
Rep. Trabalhadores de Ronda Alta
Rep. Ass. Moradores da Vila Sta. Maria
Rep. Ass. Professores de Catupe
Rep. do Curso Esp. Saúde Mental.

A) CONSIDERANDO:

- A necessidade de mais verbas para a saúde.
- A falta de garantia da destinação das mesmas pelos Governos Federal e Estadual.

B) PROPOMOS:

15 — Seja criada nesta 1ª Conferência uma Comissão representativa de entidades populares, para propor e acompanhar a votação dos orçamentos para o ano de 1992 junto ao Estado e União, pressionando os poderes Legislativo e Executivo.

Assina: Eliseu Chaves — CIMS de Viamão/RS

16 — A 1ª Conferência Estadual de Saúde repudia a forma autoritária e antidemocrática como vem sendo tratada a Educação neste Estado, pelo Governo Estadual, que atropela o direito e nega as legítimas conquistas da comunidade, que estarecida a arguição de inconstitucionalidade, da eleição de diretores, arduamente conquistada e atos autoritários que causam profundo retrocesso ao processo democrático.

Assina: Hermes — Bagé — CRERS — 17º Núcleo

17 — Que os Governos Municipal e Estadual, bem como também os Hospitais Psiquiátricos, usufruam de isenções do IPI e ICMS, por ocasião da aquisição de ambulâncias, mediante a aprovação dos CMS e CES, nas suas instâncias.

Assina: Harry Leschko
Delegado de Santa Maria.

18 — Que o Conselho Estadual de Saúde CES/RS gestione junto aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do RS para o aperfeiçoamento da pro-

posta orçamentária da SSMA para 1992, tendo em vista que a mesma não está embasada em um planejamento que privilegie o processo de Municipalização.

Assina: Guilherme Dorneles — AGAPAN

19 — Contra o percentual (1,72) previsto no orçamento do Estado do RS para aplicação no setor saúde para o próximo ano (1992). Isto explica a falta de comprometimento com a proposta de municipalização no RS e efetivação do SUS.

Assina: Sindicato dos Metalúrgicos Centro Acadêmico Sarmento Leite — UFRGS
Sindicato dos Enfermeiros do RS.

20 — Que seja exigido do Governo do Estado a discussão pública e aberta sobre a reforma administrativa do Estado, junto com o Poder Legislativo no que se refere ao SUS.

Assinam: Maria de Fatima B. Fischer, Eloisa Alencar, Rafael CESMA

21 — Repudiamos a previsão orçamentária para o ano de 1992, e solicitamos bom senso por parte do Governo para que reveja e priorize a saúde do nosso Estado.

Assina: Grupo 41

22 — Tendo em vista a visível estratégia governamental de desmontar setores fundamentais da saúde;

— Tendo em vista que as Entidades privadas de saúde apostam no não funcionamento da municipalização;

— Tendo em vista o "marketing" usado nos meios de comunicação mostrando uma saúde pública sempre mal gerenciada e uma saúde particular plenamente satisfatória;

— Tendo em vista que este é o momento histórico de efetivarmos a municipalização nos moldes necessários à comunidade;

Nós, abaixo assinados, Delegados e participantes de Alvorada junto à Conferência Estadual de Saúde, manifestamos nosso total e irrestrito **REPÚDIO A TODA E QUALQUER FORMA DE PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE**, comandada pelo Governo Federal, entidades privadas de saúde em nome de interesses externos escusos, que não interessam à população.

Assinam: Delegados e Participantes de Alvorada/RS.
parte 8 - paginas 23 a 25

23 — Apoio à moção de repúdio a toda e qualquer forma de privatização da saúde, apresentada por Alvorada à I Conferência Estadual de Saúde.

Assina: Passo Fundo/RS.

24 — O Governo Federal, sustentáculo no Brasil do novo projeto estratégico do Imperialismo para a denominação dos povos do 3.º Mundo, além de patrocinar, através do Emendação, um conjunto de alterações à Constituição que são um atentado à Democracia, ao Povo, à Ordem Jurídica e à Soberania Nacional, envia ao Congresso Nacional o Novo Código de Propriedade Industrial (reconhecimento de patentes) que, se aprovado, trará enormes prejuízos ao País, que se expressam por:

— O sucateamento e desaparecimento da indústria farmacêutica nacional, estatal e privada;

— Em oportunizar o encarecimento de medicamentos e riscos de desabastecimento, por imposição dos oligopólios farmacêuticos estrangeiros;

— Em por fim, a qualquer possibilidade do país se desenvolver tecnologicamente nas áreas de química fina, farmacêutica, engenharia genética e de alimentos, estratégicas para a independência e soberania do país.

A I Conferência Estadual de Saúde do RS, encaminha as seguintes propostas que unificam todos aqueles que lutam por um projeto de desenvolvimento independente que assegure o verdadeiro processo econômico e social:

1) Realização de um Seminário Estadual patrocinado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde e de Ciências e Tecnologia, e pela Assembleia Legislativa, com a participação das entidades das áreas relacionadas, sindicais e do movimento popular, para debater e se posicionar frente a mais esse atentado aos direitos do povo e à soberania;

2) Reforçar a pressão junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal para que seja aprovado o recurso impetrado pelos Deputados Jandira Feghlli, Paulo Ramos e Sandra Starling, que visa dar condição de Códigos para efeito de distribuição e tramitação ao Projeto de Lei n.º 824/91, que "institui o Novo Código de Propriedade Industrial", a fim de evitar que um projeto complexo e que envolve setores estratégicos para o país, vá à votação sem que haja amplo e necessário debate na sociedade brasileira.

Assinam: Jussara Cony — Delegado do Município de Porto Alegre. Beto Grill — Delegado Assembleia Legislativa; Luiz Roberto Klassman — Delegado da SSMA.

25 — A Plenária Final da I Conferência Estadual de Saúde do RS, manifesta o apoio ao projeto de Lei Paulo Delgado que está tramitando no Senado Fe-

deral que propõe a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos, sua substituição por uma rede de serviços de atenção integral à saúde mental e regula a internação compulsória.

Assinam: Representantes do CESMA — Grupos 41 e 36

26 — Levantar como proposta para IX Conferência Nacional que haja uma mobilidade nacional contra o projeto de Lei do Deputado Federal Amaral Netto que institui a Pena de Morte. Em defesa da vida dos Direitos Humanos.

Assinam: João Batista — Delegado do Movimento Estudantil.

27 — Lutar contra o desmonte do Sistema Público de Ensino e a tendência privatista, para garantir a formação adequada.

Assinam: Andréa Trindade — Movimento Estudantil POA

28 — Que o binômio saúde-doença está diretamente ligado à Política Fundiária e, para tanto deve contemplar a produção de alimentos e fixação do homem no campo, proporcionando-lhe uma vida digna.

Assina: Harry Lesko — Delegado de Santa Maria

29 — O movimento dos sem-terra e a Pastoral da Terra receberam, recentemente, o Prêmio Nobel Alternativo por seu compromisso com a luta por terra e por Reforma Agrária.

Esta Conferência Estadual de Saúde que em seu processo discutia a democracia e os direitos de cidadania, com a representação de trabalhadores do campo e da cidade, envia ao movimento dos sem-terra e à Pastoral da Terra seu regozijo com este Prêmio que representa, para a luta dos trabalhadores e do povo, o reconhecimento de entidades que dão ao mundo um exemplo de postura de classe, de firmeza na luta por cidadania e direitos humanos.

**Assina: Jussara Cony — Sindicato dos Farmacêuticos do RS
Jaqueline O. Silva — Sindicato Assistentes Sociais
Janete Barcellos — CESSMA**

**Conselho Regional de Nutricionistas
Karla F. Kuhn — CIMS — Sapiranga/RS
Ricardo Haesbaert — Sindicato Entremeiros do RS**

**Edmar Rambo — Sindicato Sapateiros de Dois Irmãos — RS
Neio Lúcio Peroma — PC do B — Gravataí**

Avilson da Silva Cardoso — AMEREPÉ —
AGMR
Karín Peglon — CAPA — São Lourenço do Sul
Renata Pekelman — Sindicato dos Municípios de El Dorado do Sul
João Carlos Garcia — Sindicato Metalúrgicos POA
Edmilson B. Braga — ASAEHC
UGAM — Gravataí
Vera Menezes — CIMS — Gravataí
Anis G. Dorello — CLIS 8
Nei Fonseca — União Vila de POA/RS
Maria M. Batista Machado — CLIS 4
Elisabete dos Santos Freitas — União de Vilas Grande Cruzeiro/POA
Guilherme Dornelles — AGAPAN — POA

30 — Apoio e fiel cumprimento ao artigo 199 da Constituição Federal que assegura a prioridade dos serviços aos hospitais públicos e filantrópicos, como de interesse público, assegurando-lhes recursos de investimento e não apenas de custeio, pelos Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, evitando investimentos e construção de hospitais públicos e a compra de serviços de rede privada, lucrativa, onde houver ociosidade da rede assistencial.

Assina: **Federação Santa Casa — Hospitais**

31 — O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher saudou a todas as mulheres presentes, aos organizadores e aos rio-grandenses que se mobilizaram para a realização deste evento.
Manifesta sua confiança de que as questões relativas à saúde da mulher — as maiores usuárias do sistema público de saúde — sejam amplamente debatidas. Consideramos a necessidade e o direito da população feminina ver contemplado nos serviços de saúde um atendimento efetivo, abrangendo todas as etapas de sua vida, conforme documento entregue oficialmente ao Secretário da Saúde, Dr. Júlio Hoczman, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Finalmente reiteramos nossa expectativa de que a Política de Atendimento Integral à Saúde da Mulher seja referendada por essa Conferência e conserte como um dos pontos fundamentais a ser reivindicado pelo Rio Grande na IX Conferência Nacional de Saúde.

Assina: **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher**

32 — Repúdio à atividade do discurso Dual do Governo do Estado, devido ao retrocesso que vem acontecendo nos programas de residência interdisciplinar em Saúde Mental do Hospital Psiquiátrico São Pedro e Residência Interdisciplinar em Saúde Comunitária da Unidade Sanitária São José do Murialdo, abandonando um avançado modelo multiprofissional pela volta do modelo médico hegemônico, tudo isto contrastando com o discurso que prega ao contrário.

Assinam: **Professores Estaduais de Caturipe**
Associação de Moradores da Vila Sta. Maria — Passo Fundo
Representação dos Estudantes dos Cursos de Especialização em Saúde Mental Coletiva
Representante da Prefeitura Municipal de Estrela

33 — Apoio a uma Política de Saúde às comunidades indígenas visando atender às comunidades indígenas em seus problemas de saúde. É o que queremos destacar na necessidade da realização de uma II Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Em outubro de 1986 foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde Indígena. Por entender a importância de um atendimento específico, hoje assegurado na Constituição Brasileira, que garante a sua realidade pluri-étnica não só na língua, mas na medicina tradicional, ritos, métodos próprios de cura, etc.

Para que assim se possa garantir uma política nacional de saúde com representantes das próprias comunidades indígenas. Distribuídos em Conselhos Nacional Regional e Estadual.

Pedimos aqui, então, a realização da II Conferência Nacional de Saúde Indígena logo após a IX Conferência Nacional de Saúde.

Solicitamos ainda que o governo do Estado do RS, agilize o cumprimento dos artigos das Constituições Federal e Estadual no tocante a uma Política de proteção à saúde das comunidades indígenas.

Assinam: **Associação Nacional de Apoio ao Índio**
P.M.G. — Projeto Mbyá — Guaraní

34 — A I Conferência Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul vem através desta moção manifestar o seu apoio à manutenção da Residência Médica em Medicina Preventiva e Social da Universidade Federal de Pelotas, que encontra-se no momento da extinção em função de não ter financiamento garantido para os próximos anos. Solicitando ao Ministério da

Educação e Cultura e à Secretaria Estadual de Saúde e do Meio Ambiente a solução deste problema.

**Assinam: Arilson da Silva Cardoso
Associação dos Médicos Residentes de
Pelotas
Cladir Luis de Paoli
Associação Gaúcha Médica de Residentes**

35 — Alinhamento com a política neoliberal do Governo Collor de Mello, os vereadores Issac Ainhorn (PDT) e Leão de Medeiros (PDS), apresentaram projetos na Câmara de Vereadores, pela liberalização do horário do comércio em Porto Alegre.

Uma jornada de trabalho excessivamente prolongada é fator determinante de doenças profissionais e até mesmo mental.

Que esta Conferência aprove esta moção de repúdio àqueles que a serviço do capitalismo selvagem, jogam com os trabalhadores como simples mercadorias.

**Assinam: Sindicato dos Comerciantes de
POA
Aprovada no Grupo 41 e 42**

36 — Moção de apoio à luta do povo cubano e do seu governo para manterem as conquistas sociais avançadas e de repúdio ao bloqueio econômico e político perpetrado pelo imperialismo americano contra Cuba.

Assinam: Grupo 31

37 — Os participantes da I Conferência Estadual de Saúde manifestam o seu apoio ao povo e ao governo cubano na luta pela preservação das conquistas consolidadas com a revolução e sua luta contra o bloqueio político e econômico imposto pelo imperialismo americano e suas ameaças de invasão.

Sugere-se que a escolha dos delegados a II C.N.S. sejam escolhidos entre aqueles que participam das discussões nos grupos.

